



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Processo TJ/ES
 fl. : _____
 Rubrica : _____

VERIFICAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

PROCEDIMENTO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO DO TJES - NORMA DE PROCEDIMENTOS 02.01

Nome do Nomeado: _____

Processo nº: _____

Cargo : _____

BASE NORMATIVA	CONFERÊNCIA DOCUMENTAL / CONTROLE PREVENTIVO	S	N	NA	FL.	VERIFICADO / APROVADO POR			
						UNIDADE ADM	SERVIDOR RESPONSÁVEL	DATA	RUBRICA
Item 1.1.1 – NP 02.01	Foi verificado a origem da vaga que será ocupada pelo candidato aprovado em concurso público e indicado ?								
Item 1.1.1"a" – NP 02.01	Caso a nomeação seja para vaga contemplada em edital, <u>foi emitida informação indicando o nº da vaga a ser ocupada, e a respectiva lei de criação?</u>								
Item 1.1.1"b" – NP 02.01	Caso a nomeação seja para vaga excedente ao número divulgado em edital, <u>foi emitida informação, justificando a origem da vaga, se foi decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria ou falecimento de servidor, foi anexado documentação comprobatória, demonstrando a disponibilidade da vaga para o cargo, no momento da nomeação?</u>								
Item 1.1.1"c" – NP 02.01	Caso se refira a vaga destinada a candidato portador de necessidades especiais (PNE), <u>foi emitida informação acerca do preenchimento dos requisitos mínimos exigidos em edital e anexado o laudo emitido por junta médica oficial?</u>								
Item 1.1.1 – NP 02.01	No ato de nomeação consta o nome do nomeado e nome do cargo EFETIVO, conforme disposto na Lei Complementar nº 566/2010 (2ª Instância) ?								
Item 1.1.1 – NP 02.01	O Ato de nomeação foi assinado pelo presidente do TJES e, posteriormente, publicado no Diário da Justiça?								
Item 1.2.1 – NP 02.01	O servidor nomeado tomou posse no prazo legal?								
Item 1.2.1 – NP 02.01	No caso de prorrogação do prazo de posse, consta o requerimento da parte interessada, ou do representante legal?								
Item 1.2.1 – NP 02.01	Consta o deferimento da autoridade competente no pedido de prorrogação do prazo de posse, se for o caso?								
Item 1.2.2 – NP 02.01	O candidato nomeado apresentou os documentos abaixo relacionados, no momento da posse, <u>devidamente preenchidos</u> :								
	- Ato de nomeação (01 cópia simples).								
	- Carteira de Identidade (01 cópia autenticada).								
	- CPF (01 cópia autenticada).								
	- Título de Eleitor (01 cópia autenticada).								
	- Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo Cartório Eleitoral ou pelo site do TRE (original ou cópia autenticada).								
	- Certificado de reservista, se homem (01 cópia autenticada).								
	- Comprovante de escolaridade, conforme exigido em Lei (01 cópia autenticada).								
	- Formulário I: Declaração de Bens, devidamente assinada e datada, ou Declaração completa do IR do último exercício.								
	- Formulário II: Declaração de Não Acumulação ou de Acumulação Legal de cargo, emprego ou função pública na esfera municipal, estadual e federal.								
	- Formulário III: Ficha Cadastral devidamente preenchida e sem rasuras, constando as informações bancárias e de PIS/PASEP?								
	- Formulário IV: Declaração de Utilização do Crachá.								
	- Laudo da Inspeção Médica Oficial.								
	- Formulário XV - Inclusão de Dependente do IR, se for o caso								
	- Comprovante de Relação de Dependência para fins de IR, se for o caso								

Seção de Registro
 Funcional de
 Servidores

_/ / _____



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Processo TJ/ES
fl. : _____

Rubrica : _____

BASE NORMATIVA	CONFERÊNCIA DOCUMENTAL / CONTROLE PREVENTIVO	S	N	NA	FL.	VERIFICADO / APROVADO POR			
						UNIDADE ADM	SERVIDOR RESPONSÁVEL	DATA	RUBRICA
Item 1.2.3 – NP 02.01	O processo está autuado e numerado? Na capa estão às informações de: número do processo; assunto; data da autuação; nome da Secretaria/Coordenadoria que autuou o processo; nome e assinatura do servidor responsável pela autuação?								
Item 1.2.3 – NP 02.01	Os documentos inseridos no processo encontram-se devidamente datados, assinados (pelo servidor nomeado e pelo responsável pela inclusão dos dados) e autenticados (quando necessário) com data até o dia da posse?								
Item 1.3.1 – NP 02.01	Foram devidamente preenchidos e anexados os Formulários VI (Termo de Compromisso de Posse), Formulário VII (Termo de Localização) e emitido o Formulário IX (Certidão de Regularidade da Nomeação) ?								
Item 1.3.1 – NP 02.03	Foi devidamente assinado pelo Secretário de Gestão de Pessoas o Formulário VI ?								
Item 1.3.1 – NP 02.01	Foi devidamente assinado pela chefia imediata o Formulário VII ?								
Item 1.3.1 – NP 02.01	A certidão de Regularidade de Nomeação, Posse e Exercício do Servidor (Formulário IX) está assinada pelo Secretário de Gestão de Pessoas?								
Item 1.4.1 – NP 02.01	Foi inserido, no sistema informatizado de folha de pagamento, o nome do novo servidor, o cargo e a data de exercício, para fins de pagamento, levando-se em consideração os dados constantes no processo e no Formulário VII - Termo de Exercício?					Coordenadoria de Pagamento de Pessoal		__/__/____	
Item 1.4.2 – NP 02.01	Foi anexado aos autos o Formulário X - Certidão de Inclusão no Sistema Informatizado de Folha de Pagamento - devidamente preenchido, datado e assinado?								
Item 1.5.1 – NP 02.01	Foi realizada a inclusão do servidor ou alteração de dados cadastrais no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público- PASEP, através do site do Banco do Brasil?								
Item 1.6.1 – NP 02.01	O processo está instruído adequadamente, atendendo aos preceitos legais e os documentos apresentados atendem aos requisitos para posse no cargo?					Seção de Registro Funcional de Servidor		__/__/____	
Item 1.6.1 – NP 02.01	A instrução processual foi realizada conforme esta norma de procedimentos, de modo que o processo está apto para ser enviado ao Tribunal de Contas?								

Legenda: S - Sim N - Não NA - Não se aplica FL - Folha

Observações:

Certifico que o processo está instruído adequadamente, atendendo aos preceitos legais e que os documentos apresentados estão de acordo com os requisitos para posse no cargo efetivo em questão, tendo ciência de que mesmo poderá ser auditado pela Coordenadoria de Auditoria da Secretaria de Controle Interno. Desta forma autorizo, a remessa do processo ao Tribunal de Contas, em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

Data:

__/__/____

Secretário de Gestão de Pessoas